



Declaração Política do Grupo Parlamentar do PS-Açores

“O Orçamento de Estado para 2020 é muito positivo para os Açores, aumenta as transferências financeiras para a Região; reforça os serviços do Estado a funcionar no nosso Arquipélago; e aprofunda os mecanismos de solidariedade nacional entre a República e a Região Autónoma dos Açores”.

**Senhora Presidente da Assembleia.
Senhoras e senhoras deputados.
Senhoras e senhores membros do Governo.**

O balanço sobre os resultados da cooperação entre qualquer Governo da República Portuguesa e o seu contemporâneo Regional dos Açores pode ser apurado com base em diversos fatores e nas mais distintas áreas setoriais.

Este exercício pode incorrer em alguma subjetividade, ou mesmo intangibilidade, que dificulta os consensos sobre a avaliação concreta dessa relação entre os dois executivos.

Porém, no caso do Orçamento do Estado, pelas prioridades políticas que consagra e pelas dotações financeiras que contempla, é possível proceder a um exercício objetivo e rigoroso sobre os méritos desse Documento e em particular sobre o nível de cooperação entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores.

No passado dia 6 de fevereiro a Assembleia da República procedeu à aprovação final global da proposta de Orçamento de Estado para 2020, o primeiro da nossa Democracia a contar com uma previsão de excedente orçamental de 0,2%.

Do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS-Açores, o Orçamento do Estado para o corrente ano, recentemente aprovado, contempla várias medidas extremamente positivas para a nossa Região, o que impõe, naturalmente, que se sinalize essas grandes conquistas aqui no nosso Parlamento.

Começemos pelas questões de fundo que constavam na proposta inicial que deu entrada na Assembleia da República.

O Orçamento prevê o cumprimento integral da Lei de Finanças Regionais - e não se diga que era obrigação o cumprimento lei, porque isso no passado muitas vezes não aconteceu -, prevendo um montante das transferências que atinge os 293,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 8,7 milhões de euros face aos valores inscritos para o ano transato.

Estabelece que constituem ainda receitas próprias da Região Autónoma dos Açores 10,1 milhões de euros destinados à política do emprego e formação profissional.

Prevê a comparticipação à Região Autónoma dos Açores dos montantes pagos aos operadores pela prestação de serviço público no transporte aéreo interilhas em 2020, num montante de quase 10 milhões de euros.

A consignação da receita obtida na Região com o imposto sobre as bebidas não alcoólicas, a chamada FAT TAX, que é consignada ao Serviço Regional de Saúde.

Prevê as verbas necessárias para a instalação da nova rede de ligação de cabos submarinos de fibra ótica.

Considera a instalação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores, tendo por base a Resolução da Assembleia da República (n.º 100/2010, de 11 de agosto) e a Resolução aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (n.º 24/2013/A, de 8 de outubro);

Desenvolve a execução do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, incluindo a efetiva descontaminação dos solos e aquíferos no concelho da Praia da Vitória, tendo em conta a sua consideração como interesse nacional, garantindo o financiamento das respetivas medidas através do Orçamento do Estado e tendo em conta a Resolução da Assembleia da República n.º 129/2018, de 21 de maio.

Prevê ainda, neste domínio, a aplicação de verbas, inscritas no Fundo Ambiental ,na compensação dos custos a assumir pelo município da Praia da Vitória com as análises e com todo o trabalho de acompanhamento da qualidade da água no concelho da Praia da Vitória.

Avança com a instalação e operacionalização do Observatório do Atlântico na ilha do Faial, nos termos do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2017, de 24 de novembro, em estreita articulação com o Centro Internacional de Investigação do Atlântico-AIR Centre, já instalado e com sede na ilha Terceira.

Desenvolve os procedimentos necessários para a viabilização da antecipação da ampliação da pista do aeroporto da Horta, de modo a garantir a sua certificação enquanto aeroporto internacional, de acordo com as normas da Agência Europeia para a Segurança da Aviação.

E não menos importante, avança com a primeira tranche de solidariedade nacional da parte do Governo da República, no âmbito da compensação dos prejuízos provocados pelas intempéries do furacão Lorenzo. Assumindo para isso uma comparticipação, como já foi anunciada, de 85% desses prejuízos.

Há ainda outras conquistas importantes consagradas no Orçamento que resultaram de propostas de alteração de diversos partidos com destaque para as do Partido Socialista e com destaque também, para os deputados eleitos pelo PS Açores.

Assim destacamos:

- O Aumento das deduções em sede de IRS para famílias com múltiplos filhos;
- A redução em 20% do valor da propina máxima, de 871 euros para 697 euros, foi uma proposta do BE;
- A isenção de IRS para os rendimentos de trabalho auferidos por estes jovens, até ao limite anual de cinco vezes o Indexante dos Apoios Sociais, isto é, 2.194,05 euros;
- Para jovens e também em sede de IRS, há uma isenção parcial durante os seus três primeiros anos no mercado de trabalho. No primeiro ano, só tributando 70% dos rendimentos; 80% no Segundo ano; 90% no terceiro e depois, então, 100%;
- Um novo extraordinário das pensões, partir do mês seguinte à entrada em vigor do Orçamento. Que é muito importante para os nossos reformados e pensionistas.
- Novas regras de acesso ao Complemento Solidário para Idosos, passando a não serem ponderados os rendimentos dos filhos até ao quarto escalão, na condição de recurso do requerente;
- Os trabalhadores independentes passam, além disso, a ter como teto para a isenção de IVA não dez mil euros, mas 12.500 euros anuais, um aumento de 25% nesta isenção;
- O regresso à normalidade no pagamento dos acréscimos remuneratórios resultantes da progressão na carreira e um programa plurianual, no âmbito do qual se irá trabalhar os critérios de acesso ao tão polémico regime da pré-reforma. Mais uma medida de apoio aos nossos reformados
- Os residentes não habituais perdem a dupla isenção fiscal, passando a ser alvo de uma taxa de IRS de 10% em Portugal;
- O reforço da capacidade Atlântica do nosso País, com a presença em permanência de duas tripulações de helicóptero e respetivos meios aéreos de busca e salvamento da Força Aérea Portuguesa instalados na Base das Lajes;
- A realização de obras de manutenção e requalificação da Cadeia de Apoio da Horta;
- A Promoção pelo Governo durante o ano 2020 da utilização de Gás natural liquefeito GNL nas viagens marítimas entre o Continente e as ilhas dos Açores e da Madeira;
- Os auxílios no âmbito da legalização do Bairro americano de Santa Rita, no concelho da Praia da Vitória;

- O Plano de remodelação dos tribunais da Comarca dos Açores;
- As Obrigações de serviço público de carga aérea entre a Região Autónoma dos Açores e o Continente;
- A possibilidade das instituições Universitárias insulares públicas poderem ter acesso aos programas operacionais nacionais de gestão descentralizada no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio;
- E ainda a aprovação de um regime especial de apoio social aos ex-trabalhadores da fábrica conserveira da COFACO na Ilha do Pico;

Senhora Presidente da Assembleia.
Senhoras e senhoras deputados.
Senhoras e senhores membros do Governo

Fica assim mais que provado que, felizmente, estamos muito longe dos tempos negros em que a Região não contava nem com a compreensão, nem com a solidariedade nacional.

Estamos muito longe, por exemplo, da situação ocorrida em 2013 quando, perante a destruição com que a Região foi assolada por intempéries nesse ano, o governo da República de Passos Coelho nos mandou ir “à banca” para financiar a recuperação dos danos provocados por calamidades naturais. Uma atitude injusta e insensível que na altura contou com a complacência, com a cumplicidade e com o silêncio do PSD-Açores, aliás, como já tinha acontecido em 1998 com o Sismo do Faial.

Aliás, o PS recorda-se muito bem, do nosso querido e saudoso camarada e amigo Medeiros Ferreira, na altura Deputado na República eleito pelos Açores, ter proposto em sede de discussão na especialidade do Orçamento de Estado, uma proposta para que a República financiasse a Reconstrução do Sismo do Faial. Uma proposta justa e solidária, que mereceu o chumbo do PSD, incluindo dos deputados do PSD-Açores, como por exemplo o agora retornado Joaquim Ponte, promovido recentemente a Presidente da mesa do Congresso PSD-Açores. Que grande confiança! Realmente não restam dúvidas!

Felizmente que esses dias de muito má memória já se extinguiram e que o País conta agora com um Governo da República que respeita os Açores; com uma maioria que compreende a nossa Região como um fator absolutamente central para o prestígio do País; e com um Primeiro-ministro que entende o nosso Arquipélago como um ativo fundamental para a afirmação plena da dimensão atlântica de Portugal, que tantas vantagens tem feito reverter para o Estado português.

É também evidente, como ainda muito recentemente se constatou publicamente em relação à superação do diferendo que afetava o financiamento da Universidade dos Açores, que hoje o Presidente Vasco Cordeiro é uma das grandes personalidades políticas do nosso País. O nosso Presidente é comprovadamente um fator muito importante na afirmação da nossa Autonomia

no Plano Nacional e de defesa dos Açores na esfera político institucional do nosso País.

Por todas estas razões, o GPPS-A avalia o novo Orçamento de Estado para 2020 como muito positivo para os Açores.

É um Orçamento que gera uma expectativa positiva e inspira confiança, uma verdadeira e genuína confiança construída num quadro de apoio incondicional, de solidariedade expressiva e de profundo respeito institucional da parte do Governo da República.

O Orçamento aumenta as transferências financeiras para a Região, reforça os serviços do Estado a funcionar no nosso Arquipélago e aprofunda os mecanismos de solidariedade nacional entre a República e a Região Autónoma dos Açores.

É um bom Orçamento. Trará grandes vantagens para os Açores e muitos ganhos para os Açorianos.

Disse!

Horta, Sala das Sessões

Quinta-feira, 13 de fevereiro de 2020

O Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS-Açores na ALRA

José Carlos San-Bento